

A Paisagem Cultural de Minas Gerais, Brasil

Altino Barbosa Caldeira

RESUMO: O Estado de Minas Gerais apresenta uma rica diversidade cultural. A ocupação desta região iniciou-se no final do século XVI, quando foram instalados os núcleos mineradores que deram origem à primeira urbanização do país. A paisagem cultural foi construída por meio das relações entre o ser humano e a Natureza, que lhes proporcionou meios de produção e recursos para a sobrevivência. Entre os diversos aspectos da cultura mineira encontram-se os bens materiais protegidos como patrimônio da comunidade e os bens imateriais formados pelos costumes e as práticas sociais que reproduzem a essência da vida cotidiana neste território.

PALAVRAS-CHAVE: Paisagem cultural, costumes e práticas, patrimônio material e imaterial

ABSTRACT: The state of Minas Gerais has a rich cultural diversity. The occupation of the region began in the late sixteenth century, when they were installed mining settlements that gave rise to the first urbanization of the country. The cultural landscape was built by the relations between human and nature, which provided them with the means of production and resources for survival. Among the various aspects of mining culture are material goods protected as local heritage and intangible assets formed by the customs and social practices that reproduce the essence of everyday life in this territory.

KEYWORDS: cultural landscape, customs and practices, material and immaterial heritage

Introdução

O Estado de Minas Gerais apresenta uma rica diversidade cultural. Seu território localiza-se em uma das áreas de formações geológicas mais antigas do planeta Terra. Está situado na região Sudeste do Brasil, onde ocupa uma área de 586.000 km², correspondente a 7% do território brasileiro. Acredita-se que o continente onde se encontra hoje o Brasil tenha sido ocupado em diversas etapas e que uma primeira leva de povos de características semelhantes os aborígenes da Austrália aqui chegou há pelo menos cerca de 15.000 anos. Entretanto, segundo DELFORGE (2010), o estilo de vida

dos caçadores-coletores, aliado às condições ruins de conservação nos trópicos e o tempo decorrido, deixou poucos vestígios. Pesquisas realizadas no território onde hoje se encontra o Estado de Minas Gerais apontam vestígios destes primitivos habitantes em diversos sítios arqueológicos, entre os quais o da Lapa da Cerca Grande, situada na região cárstica de Lagoa Santa, região central de Minas Gerais.

De acordo com RIBEIRO (1995) os grupos indígenas encontrados pelos portugueses, haviam se instalado na costa brasileira alguns séculos antes e eram principalmente tribos do grupo tupi os quais ainda estavam desalojando antigos ocupantes oriundos de outras matrizes culturais. LIMA (2010) ressalta que no Estado de Minas Gerais existem atualmente, doze etnias indígenas espalhadas em dezessete territórios diferentes e contam com aproximadamente onze mil indivíduos. O povo indígena conhecido hoje como Krenak, habitante da margem esquerda do Rio Doce, município de Resplendor, na região Leste de Minas Gerais, formou-se ao longo de um processo histórico marcado pelo caráter violento da expansão econômica sobre aquela região, originalmente de densa mata atlântica, onde diversos grupos de 'Botocudos', resistindo à colonização em outras zonas já 'conquistadas' pelos brancos, se abrigaram até meados do século XIX.

O desbravamento da região do atual estado de Minas Gerais, teve início no final do século XVI, com as entradas e bandeiras que aqui chegaram para escravizarem os índios, e em busca de ouro e pedras preciosas. A região das Minas recebeu um grande contingente de escravos que acompanhavam as bandeiras, negros africanos que vieram participar do processo de colonização. Aqui chegando, tornaram-se elementos da maior importância, não apenas por sua possibilidade de fixação – o que não acontecia com o índio – mas, sobretudo, por seus conhecimentos já trazidos da África, das técnicas de mineração (DIÉGUES JÚNIOR, 1997). Além disso, não faltou ao negro o espírito de integração, reagindo, ou participando de atos ou movimentos que resultaram no processo de sincretismo de nossa formação cultural. Contribuíram com sua fala para modificar a nossa língua, acrescentando-lhe palavras novas (FREIRE, 1963). Trouxeram, ainda, a suas experiências no trabalho duro no cotidiano e com sua dança e música, sua religiosidade, no jeito peculiar de manifestar em suas práticas e representações, assegurou-lhes o valor na construção do patrimônio cultural em suas mais diversas formas de expressão popular. À medida que o interior era conquistado e foram iniciadas as atividades mineradoras e extrativistas na região, as novas ocupações do território foram alterando a paisagens natural com os primeiros assentamentos mineradores se transformando, pouco a pouco, em aldeias e vilas, emergindo para a formação de uma rede urbana que se consolidou ao final do século XVIII.

As vilas mineradoras que se formaram e se desenvolveram naquele século constituem, nos dias de hoje, o patrimônio cultural arquitetônico e urbanístico que refletem a os desafios construtivos que traduzem a forma de ser, fazer e viver do seu tempo. A sua linguagem formal aponta para os costumes das comunidades, revelam o comportamento de seus habitantes, demonstram o estado de espírito suas rebeliões e a religiosidade entronizada nos altares barrocos. A distinção e a eloquência com que estes conjuntos urbanos se apresentam as identificam como uma paisagem especial de rara beleza estética e construtiva. A Natureza ao redor destes conjuntos dele participa, conferindo-lhe mais valor e qualidade, mais brilho e opulência, ao destacar e ressaltar as suas formas construídas em ambiente de sinuosa topografia. Os declives e aclives dos terrenos contribuem para uma leitura inusitada dos aspectos formais das cidades históricas de Minas. Cada uma à sua maneira, por força das diferentes manifestações do cenário natural em que foram inseridas, demonstra em seu casario baixo ou nos sobrados, uma identidade que onde se sobressaem ruas tortuosas pontilhadas por torres de igrejas. Um dos mais característicos exemplares de conjuntos urbanos deste período é a atual cidade de Ouro Preto.

No início do século XIX, missões de estudiosos estrangeiros e artistas que acompanharam as expedições revelaram as características deste cenário, o hibridismo de seu povo e os costumes daquela época. Cientistas europeus identificaram as diversas espécies botânicas e a rica fauna deste território, representando-as em aquarelas e descrições sobre os modos de vida nos ambientes urbanos e rurais. Entre estes, destaca-se a obra de Johann Moritz Rugendas, pintor alemão de grande renome, que chegou ao Brasil no ano de 1821 e se dedicou ao estudo dos costumes brasileiros, que retratou nossos índios, a paisagem urbana do período e os costumes locais.

O século XIX trouxe mudanças nos cenários e os hábitos foram se alterando, com a construção de um país independente e promissor. O Brasil tornou-se a sede do Império Português e durante o primeiro reinado, as Minas Gerais se viram diante do desafio de manter sua hegemonia política e social, rivalizando-se com São Paulo e Rio de Janeiro na produção de bens de consumo. As cidades se fortaleceram como ambientes propícios à vida cosmopolita, realizando-se neste século várias mudanças no comportamento relacionadas à alimentação, à higiene, ao modo de se vestir e falar. Na vida privada, o mobiliário e as construções foram influenciados pelos costumes da metrópole. Tanto na área rural como na cidade, surgiram especialistas em profissões que garantiam uma maior atividade comercial entre as áreas urbanas. O comércio de café, a produção de leite e seus derivados, de couro e de doces se sobressaíram e esta produção se refletiu na maior quantidade de exportação de seus manufaturados.

Cientistas como o dinamarquês Peter Lund aqui aportaram para estudar a nossa riqueza paleontológica. Em Lagoa Santa, entre 1854 e 1880, Lund explorou mais de 250 cavernas da extensa mancha calcária da região, classificando um riquíssimo material fóssil. Seu cemitério privado, onde foi enterrado em 1880, tornou-se um bem cultural ao ser tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na segunda metade do século XIX, o Imperador d. Pedro II interessou-se pelo desbravamento e reconhecimento do território mineiro, enviando e apoiando iniciativas de ocupação de áreas como a do nobre francês Guido Marlière, na Zona da Mata, e a Companhia do Vale do Mucuri, de Teófilo Benedito Ottoni. Em 1889, constituiu-se a República Federativa no Brasil e, em 1897, teve lugar a transferência da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte. Uma nova etapa de vida surgia para os mineiros.

Consolidou-se em Minas uma forma de vida diferenciada de ser e se expressar. As heranças ocasionadas pelas características marcantes do processo de descoberta e de ocupação de seu território criaram uma identidade cultural nas manifestações artísticas, nas práticas religiosas e profanas que se diferenciam entre as várias regiões do Estado, onde se misturam encenações acompanhadas por danças e folguedos com fantasias e música. Entre estas expressões encontram as festas natalinas, o Carnaval, as procissões e celebrações da Quaresma e Semana Santa, os festejos da Festa do Divino, as festas juninas, os congados dos negros e pardos, as festas populares de santos padroeiros, etc. Nos dias atuais há, entre outras manifestações, apresentações de inúmeros grupos de danças, de companhias de teatro, de música erudita, de canções sertanejas, de feiras de artesanato e de comidas típicas, exposições agropecuárias, além de um riquíssimo artesanato constituído de diferentes meios de expressão.

A arquitetura moderna brasileira surgiu na capital mineira na primeira metade do século XX, a partir do conjunto de grande destaque nacional e internacional com a construção de edificações arrojadas em torno de uma lagoa artificial, a Pampulha. As transformações ocorridas neste período fizeram surgir em Minas Gerais, poetas, escritores, pintores, escultores, músicos e outros expoentes das artes brasileiras.

A consolidação do patrimônio cultural material e imaterial de Minas Gerais

Como vimos, a história do Estado de Minas Gerais está fortemente ligada às atividades mineradoras e às suas enormes reservas minerais. Informações obtidas junto à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG - revelam que atualmente, o Estado extrai mais de 160 milhões de toneladas de minério

de ferro por ano e responde por 29% de toda a produção mineral do país, por 53% da produção de minerais metálicos e por cerca de 50% de todo o ouro produzido no Brasil. Única fonte nacional de produção de zinco, Minas Gerais também é o maior produtor de ferro, ouro, fosfato, grafita, lítio e calcário, além de ser o responsável pela geração de 75% de todo o nióbio do mundo.

Em meio a este poder econômico e às atividades decorrentes do comércio e de indústrias que hoje se manifestam na paisagem de nosso estado, encontram-se diferentes aspectos de seu povo que, ao longo do tempo, construiu um patrimônio cultural de grande importância para a história, a memória e a identidade do povo brasileiro.

No plano mundial, os estados que apresentam e submetem seus acervos à lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, da UNESCO, comprometem-se com a sua preservação, conservação e manutenção, mobilizando-se para a salvaguarda da sua própria identidade e memória de seus povos. Entre os bens considerados como Patrimônio Cultural da Humanidade em Minas Gerais, encontram-se, além da Cidade Histórica de Ouro Preto, que recebeu este título em 1980, o Centro Histórico de Diamantina, no norte do Estado, em 1999, e o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, na cidade de Congonhas, em 1985. Localizadas na região montanhosa de Minas, em áreas de exploração de veios auríferos, possuem relevo irregular que atingem mais de 1.500 metros de altitude.

MELLO (1985) informa que Ouro Preto, cidade de aspecto ímpar, foi roteiro obrigatório de urbanistas e arquitetos modernistas, literatos e críticos. Inspirou poetas como Carlos Drummond de Andrade, Cecília Meireles, Manoel Bandeira e Mário de Andrade. A pena deste último ressaltou a sua importância para a nossa cultura e fez com que ela se tornasse a um patrimônio nacional em 1933. A história desta cidade, antes a sede da Província de Minas Gerais, com o nome de Vila Rica, abriga a Inconfidência Mineira, revolução contra o poder colonial de Portugal, que fez inúmeros mártires. De acordo com Suzy de Mello, a herança dos nossos antepassados ali está em todas as manifestações arte, com todas as suas peculiaridades e seus múltiplos aspectos.

SYLVIO DE VASCONCELLOS (1968) diz que “Diamantina é o extremo norte do ouro, voltada para os sertões do Nordeste. Em sua volta o deserto, só humanizado pelos caminhos do Sul, que alcançam o Serro, pelo Jequitinhonha, que corre para o desconhecido, e pelo São Francisco, distante, de onde provem as boiadas...”.

Posta em terreno de acentuado declive, a cidade de Diamantina resulta da compactação de três arraiais em cuja trama urbana um rico acervo arquitetônico se acomoda uniformemente e onde se sobressaem as igrejas de Nossa Senhora do Rosário

dos Pretos, das Mercês e de São Francisco. Na grande área central desta cidade do Norte do Estado, foi construído o Mercado Municipal, em praça quadrangular, local de reunião de tropeiros e feiras regionais (IPHAN/UNESCO, 1998).

De acordo com MINGUCCI (2007), Congonhas é uma pequena cidade industrial localizada na zona metalúrgica de Minas Gerais, que acolhe uma obra magnífica e imponente, composto por uma Basílica e capelas que tratam do tema da Paixão de Cristo. Nestas capelas encontram-se dispostas sessenta e seis esculturas em madeira, policromadas pelo Mestre Ataíde e executadas pela oficina do mais importante escultor mineiro do século XVIII, Antonio Francisco Lisboa, mais conhecido como o Aleijadinho. O conjunto constituído pelo Santuário e as capelas é considerado a obra-prima destes dois artistas. Além das esculturas em madeira, o adro da Basílica abriga doze esculturas em pedra-sabão dos profetas bíblicos, também de autoria do Aleijadinho. Foi elevado à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1985. Segundo MASCARENHAS (2012), o importante acervo de música do Museu da Música da cidade de Mariana em Minas Gerais, que abriga mais de 2 mil partituras originais de música sacra e profana dos séculos XVII e XVIII, foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) por meio do Diploma do Registro Regional para a América Latina e o Caribe. O título foi concedido pelo Programa Memória do Mundo, cujo objetivo é identificar e certificar patrimônios documentais de relevância internacional, regional e nacional, facilitando assim sua preservação e acesso pelo público geral.

No âmbito nacional, os bens tombados em Minas Gerais pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN - situam-se em quarenta e sete municípios mineiros. As atividades e ações de proteção do acervo tombado por este Instituto são conduzidas pela representação regional situada em Belo Horizonte, cujo quadro de técnicos e profissionais realiza um valioso serviço em prol de sua preservação. Visando promover a divulgação e difusão deste acervo para as comunidades que são co-responsáveis por sua proteção e conservação, pesquisadores do programa de pós-graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial da PUC-Minas realizaram um levantamento completo do acervo cultural constituído de mais de duzentos itens, no formato de um Atlas Digital. O “Atlas Digital dos Bens Tombados pelo IPHAN em Minas Gerais” é o resultado de um trabalho de pesquisa que contou com o suporte financeiro da FAPEMIG – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Cenas urbanas do passado, desenhos e pinturas, dados históricos, mapas, descrições arquitetônicas e do desenvolvimento urbano e muitas outras informações podem ser acessadas pela Internet, focalizando desde os sítios arqueológicos até a nossa arquitetura moderna. Além de contribuir para a

sensibilização das comunidades, este atlas tem o papel de servir de veículo de reflexão sobre a guarda destes bens, atuando na valorização e conservação dos mesmos.

Além dos conjuntos já citados em plano mundial, ressaltam-se os conjuntos urbanos de Mariana, primeira cidade de Minas, os perímetros de tombamento de São João Del Rei e Tiradentes, a cidade do Serro e o conjunto moderno de Cataguases, estando este último, situado na zona da Mata mineira. É interessante observar que, com exceção de Cataguases, as formas barrocas no contexto de cada cidade adquiriu uma linguagem própria, sendo uma interpretação brasileira que respeita as tradições portuguesas. Isto demonstra que, apesar das informações vindas do colonizador, os artífices brasileiros desenvolveram sua própria linguagem formal, a partir da convivência com o meio em que viveram.

Para CANCLINI (2008), reportando-se à estas influências diz que “a história dos movimentos revela uma série de operações de seleção de elementos de diferentes épocas articulados pelos grupos hegemônicos em um relato que lhe dá coerência, dramaticidade e eloquência”. Já GRUZINSKI (2001) alerta sobre a existência de uma experiência barroca, como se pudesse tratar de realidades homogêneas e coerentes, das quais só se restassem estabelecer os traços originais. Ele adverte que, sinais de hibridismo em nossa cultura associam-se em vários aspectos do nosso cotidiano, interferindo, inclusive no patrimônio arquitetônico.

O patrimônio cultural de Minas Gerais também se estende a outros ambientes urbanos, onde conjuntos menores ocupam cidades cujo valor não são menos importantes: Caeté, Itaverava, Nova Era, Paracatu, Píiranga, Prados, Sabará, Santa Luzia e a nossa capital, Belo Horizonte, entre outras, guardam acervos excepcionais. Bens isolados valorizam a ambiência de outras cidades de Minas, entre elas: Alvorada de Minas, Antonio Carlos, Barão de Cocais, Barbacena, Belo Vale, Berilo, Bom Jesus do Amparo, Catas Altas, Conceição do Mato Dentro, Itabira, Itabirito, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Lassance, Matias Barbosa, Matias Cardoso, Matosinhos, Minas Novas, Nova Lima, Ouro Branco, Pitangui, Raposos, Resende Costa, Ritópolis, Santa Bárbara, Santos Dumont, Sete Lagoas e Uberaba (ABREU, 2007).

Quando o conjunto de vilas mineradoras fez nascer a primeira urbanização no Brasil, no século XVIII, criou-se uma rede de estradas reais que se articulavam como uma bacia hidrográfica, com um eixo principal em torno da qual outras vias se encontravam. Com suas notáveis organizações urbanas do presente, aquelas primeiras vilas mineradoras, hoje cidades, oferecem aos turistas uma panorâmica interessante sobre esta rica história de seu passado. O “Mapeamento Interativo da Estrada Real”, objeto de pesquisa deste autor com apoio financeiro da FAPEMIG, conjuga atualmente mais de duzentos municípios adjacentes em três Estados do Sudeste do Brasil, Minas

Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e se torna um instrumento de pesquisa sobre as diversas formas de ser e fazer dos mineiros. Neste mapeamento estão incluídos os bens culturais protegidos em âmbito federal, estadual e municipal, de cerca de duzentos municípios, cuja rede viária chega aos estados vizinhos de São Paulo e Rio de Janeiro.

DELPHIM (2008) descreve, assim, a importância destes caminhos: “a Estrada Real formou-se de forma análoga a uma bacia hidrográfica. Diferentes sítios naturais e assentamentos humanos instalaram-se pelos desníveis dos terrenos que a circundam, gerando uma bacia cultural, uma rede cuja medula espinhal é o cordão representado pela estrada principal, ramificando-se pelas áreas mais altas e mais baixas do território no qual se insere, e incluindo tudo aquilo que ali existe de representativo, sob o ponto de vista lato senso de patrimônio cultural, conforme definido pela Constituição Federal”.

Ressalta-se que pela Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Mais de mil itens fazem parte do conjunto de bens considerados de interesse cultural nos municípios da Estrada Real. O objetivo principal deste mapeamento é atualizar informações sobre estes bens culturais, revestindo-os de conteúdo histórico, geográfico, econômico e social utilizando aportes científicos de análise e avaliação da Paisagem Cultural com o uso de tecnologia inovadora. Deste modo, pretende-se suprir a comunidade e o poder público de condições de utilizar estes registros gráficos para o desenvolvimento de ações de proteção e restauração dos mesmos. Para este projeto de pesquisa foram identificados e documentados os principais bens arquitetônicos cujos levantamentos cadastrais seguem padrões de apresentação de alta qualidade técnica.

Entre os bens inseridos na paisagem cultural da Estrada Real constam aqueles que foram agenciados de modo especial pela Natureza. Trata-se do valioso patrimônio natural de Minas, com suas montanhas, fonte de recursos hídricos notáveis que alimentam várias bacias hidrográficas. Cachoeiras, represas, lagos e outros acidentes naturais formam um painel de variadas formas de beleza, abrigando parques e reservas nacionais, estaduais e municipais.

Além do IPHAN, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA, criado em 1971, é responsável pela conservação e preservação dos bens materiais e imateriais de Minas Gerais. Adota uma política de co-participação com os municípios do Estado e contribui para a reflexão teórica e metodológica, atuando em parceria com outras instituições públicas, privadas e de pesquisa do Estado, convocando para isto os demais interessados em sua história e memória. Por meio de

publicações, busca a divulgação e difusão dos bens que fazem parte da identidade mineira, estimulando os poderes municipais na execução de cadastros e inventários visando à salvaguarda de suas mais importantes e significativas práticas, valores e tradições culturais.

Bibliografia

ABREU, João Francisco (2007). *Síntese do Atlas Digital do dos bens móveis e Imóveis inscritos nos livros do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN*. Belo Horizonte: FAPEMIG/PUC-Minas.

AGUILAR, Nelson, org. (1994) - Catálogo Bienal Brasil Século XX. São Paulo: Fundação Bienal.

CALDEIRA, Altino Barbosa (2010). *Atlas digital dos bens móveis e imóveis de Minas Gerais*. Disponível em <www.atlasdigitalmg.com.br>. [Consulta realizada em 24/10/2013]

CANCLINI, Nestor Garcia (2008). *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP.

COSTA FILHO, Oswaldo Borges da Costa (2013). *Minas Gerais em números*. Disponível em <<http://www.codemig.com.br>> [Consulta realizada em 22/09/2013]

DELFORGE, Alexandre. (2010). *A paisagem pré-colonial e de contato: o Contexto Paisagístico e Cultural da Arqueologia*. Belo Horizonte: PUC-Minas.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura (2008). *Memorando Nº 84*. Brasília: MinC/IPHAN

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel (1997). *A África na vida e na cultura do Brasil*. In: Negro, brasileiro, negro. "Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". Nº 25, Rio de Janeiro.

FREIRE, Gilberto (1963). *Casa Grande e Senzala*. Brasília: UNB.

GRUZINSKI, Serge (2001). *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras.

LIMA, Ana Paula Ferreira de (2010). *As comunidades indígenas em Minas Gerais*. Disponível em <http://www.anai.org.br/povos/Historia_Povos_Minas.pdf> [Consulta realizada em 20/09/2013]

MASCARENHAS, Maria da Graça (2012). *Projeto no Museu da Música de Mariana é reconhecido pela Unesco*. Disponível em <<http://agencia.fapesp.br/15017>> [Consulta realizada em 25/09/2013]

MELLO, Suzy de (1985). *Barroco Mineiro*. São Paulo: Brasiliense.

MINGUCCI, Roberto, org (2007). *Sviluppo Urbano e Cooperazione Internazionale*. Milano: Clueb.

RIBEIRO, Darcy (1995). *O povo Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras

VASCONCELLOS, Sylvio de (1968). *Mineiridade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.